

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV - Nº 778 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 1998



Plenário analisará projeto de resolução permitindo aos estados recuperarem a perda de receita decorrente da criação de um fundo de desenvolvimento da educação, o Fundef

CAE

## Duas reuniões em um só dia

A Comissão de Assuntos Econômicos realiza duas reuniões amanhã. Às 10h, em sua reunião ordinária, aprecia pauta que inclui, entre outros, projeto do senador Roberto Requião que modifica a legislação do IPI cobrado dos cigarros destinados a exportação, para combater o contrabando do produto. Às 17h, os senadores ouvem exposição do ministro da Fazenda, Pedro Malan, que vem explicar detalhes sobre o acordo firmado pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional.

PÁGINA 5



Amanhã, às 17h, os senadores estarão reunidos na CAE para ouvir o ministro Pedro Malan sobre o acordo fechado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional

## Ameaça de novos cortes gera protesto de senadores

Senadores protestaram em plenário contra a notícia de que o governo pretende introduzir novos cortes no Orçamento de 1999, inclusive nas verbas destinadas aos estados e municípios.

PÁGINA 4

## Plenário vota compensação para perdas de receita estadual

Senado também decide se aprova urgência para proposta que extingue os manicômios

Na sessão deliberativa de amanhã, o Senado deverá votar projeto de resolução autorizando os estados a compensar a perda de receitas imposta pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). O projeto ori-

ginal de Ney Suassuna altera a Resolução nº 78 e recebeu um substitutivo de Osmar Dias. Na quarta, os senadores podem aprovar requerimento de urgência para o projeto de lei que extingue progressivamente os manicômios, de autoria de Lucídio Portella.

PÁGINA 3

CCJ

## Orçamento participativo na pauta de quarta

PÁGINA 3



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 7 DE DEZEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 14h30 - Preside sessão não deliberativa do Senado
- ▶ 17h30 - Recebe o senhor Han Duck-soo, ministro do Comércio da República da Coreia

## PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Exposição em audiência pública dos senhores José Galizia Tundisi, presidente do CNPq; Peter Nann de Toledo, diretor, em exercício, do Museu Emílio Goeldi; e Regina Oliveira, pesquisadora do Museu Goeldi, acerca dos problemas que afetam aquele museu.  
Local: Sala 9 da Ala Senador Alexandre Costa

## PREVISÃO DA SEMANA

## PLENÁRIO

- Terça-feira (8.12.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Segundo dia de discussão do segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*PRS nº 106/98, que autoriza o estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor total de até R\$99.293.000,00; \*PRS nº 107/98, que autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, no valor de até R\$311.907.000,00, cujos recursos serão destinados ao saneamento das instituições do sistema financeiro de Santa Catarina; \*PLC nº 54/98, que altera dispositivos da Lei nº 9.620/98, que cria carreiras no Poder Executivo Federal, cria as gratificações de desempenho e eficiência, e desempenho de atividade de defesa agropecuária; \*PLC nº 46/98, que dispõe sobre o processamento de recursos nos tribunais; \*PRS nº 97/98, que dispõe sobre as operações de crédito destinadas a compensar os estados e o Distrito Federal por perdas de receita decorrentes da aplicação da Lei nº 9.424/96; \*PLC nº 76/97, que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal; e \*PLC nº 25/98, que altera a redação do art. 190 do Decreto-Lei nº 1.001/69 - Código Penal Militar.

- Quarta-feira (9.12.98)
- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*Terceiro e último dia de discussão do segundo turno da \*PEC nº 64/95, que dá nova redação ao inciso XXIX do art. 7º e revoga o art. 233 da Constituição federal (prazo prescricional das ações trabalhistas); \*Substitutivo ao PLS nº 104/96, que dispõe sobre a presença de identificação tátil entre as características gerais das cédulas de moeda-papel; e \*Requerimento nº 584/98, de autoria do senador Hugo Napoleão, solicitando urgência para o PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais e regulamenta a internação psiquiátrica compulsória.

- Quinta-feira (10.12.98)
- ▶ 10h - Agenda em aberto  
Hora do Expediente será destinada a comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- Sexta-feira (11.12.98)
- ▶ 10h - Sessão não deliberativa

## COMISSÕES

- Terça-feira (8.12.98)
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLS nº 208/97, que

institui desconto no valor das passagens rodoviárias, ferroviárias e aquaviárias interestaduais, para maiores de sessenta anos; \*PLC nº 27/98, que institui o Programa Nacional de Apoio à Infância, dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar; \*Emenda nº 01 de Plenário oferecida ao PRS nº 53/98, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina-PI a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$18.454.510,00, cujos recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador serão destinados ao Projeto Vila-Bairro, naquele município; \*PLS nº 242/96, que altera a legislação do Imposto sobre Produtos Industrializados em relação aos cigarros destinados à exportação; e \*PLS nº 23/95, que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos.  
Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

- ▶ 17h - Comissão de Assuntos Econômicos  
Pauta: Exposição do senhor ministro da Fazenda, Pedro Malan, acerca do acordo do Brasil com o FMI.  
Local: Sala 19 da Ala Senador Alexandre Costa

- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 250/98, que submete ao Senado o nome do senhor Geraldo Affonso Muzzi, ministro de segunda classe da carreira de diplomata para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Malásia; \*Mensagem nº 216/98, que submete ao Senado o nome do senhor José Olympio Rache de Almeida, ministro de primeira classe da carreira de diplomata para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Finlândia, exercer o cargo de embaixador na Estônia; \*PDL nº 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extração celebrado entre o Brasil e a Coreia, em 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; \*PDL nº 11/98, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o Brasil e a Hungria, em 1997; \*PDL nº 14/98, que aprova o texto do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul; e \*PDL nº 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro.  
Local: Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa

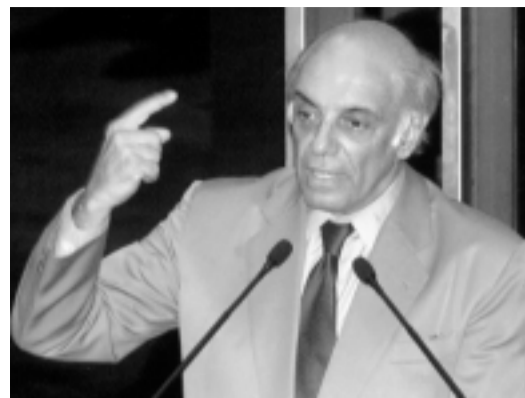
Quarta-feira (9.12.98)

- ▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PEC nº 18/96, que dá nova redação ao artigo 8º da Constituição, suprimindo o inciso II, que trata da unicidade sindical; \*PEC nº 52/95, que suprime o parágrafo 3º do artigo 199, que veda a participação de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país; \*PEC nº 58/95, que fixa o princípio da coincidência geral dos pleitos eleitorais; \*PEC nº 12/96, que cria tribunais regionais federais; \*PLS nº 230/95, que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring; \*PLS nº 46/95, que cria o Conselho Nacional do Entendimento e Desenvolvimento; \*PLS nº 52/95, que cria a Secretaria Federal de Controle Interno como órgão vinculado à Presidência da República; \*PLS nº 241/97, que dispõe sobre a discriminação praticada contra servidores anistiados; \*PLS nº 125/97, que autoriza municípios a formarem consórcio para implementar política comum de desenvolvimento; e \*PLS nº 30/97, que altera a Lei nº 7.210/84 - Lei de Execução Penal, que dispõe sobre ressarcimento ao Estado de despesas com manutenção de presos e condenados.  
Local: Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa

- ▶ 10h - Comissão de Educação  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 012/97, que acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estágios de estudantes; \*PLS nº 112/97, que estabelece mecanismo para a veiculação de mensagens educativas de trânsito nas modalidades de propaganda que específica; \*PLC nº 44/96, que dispõe sobre a veiculação de mensagens voltada à educação para o trânsito; \*Emenda de Plenário ao PLC nº 55/96, que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus; e \*PDL nº 64/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Osório Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Osório-RS.  
Local: Sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa

## ESPECIAL

- Quarta-feira (9.12.98)
- ▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia  
Filme: *Bela Donna*, dirigido por Fábio Barreto, baseado no romance *Riacho Doce*, de José Lins do Rêgo.  
Local: Auditório Petrólio Portella



Távola lamenta o fato de os telejornais terem "enveredado para a dramaticidade"

## Artur da Távola critica baixo nível da programação de TV

Emissoras depreciam qualidade ao fazerem de tudo na busca por audiência, diz senador

Os programas infantis de qualidade praticamente desapareceram, os telejornais enveredaram para a dramaticidade e os programas do tipo do apresentador Ratinho fazem baixar o nível das emissoras em função da audiência. Essas foram as considerações feitas pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), em debate no programa *Cidadania*, da TV Senado, sobre a ética nos meios de comunicação.

O senador lamentou que a divulgação de imagens pornográficas na Internet ou o que chamou de "estelionato cultural" nas televisões não estejam ainda tipificados no Código Penal, já que, segundo ele, as novas tecnologias precedem as leis. Artur da Távola alertou para a ne-

cessidade de uma agência reguladora dos meios de comunicação e falou, também, sobre a responsabilidade do Senado como Casa responsável pela aprovação das concessões de rádio e TV.

Participou do debate com o senador a jornalista e radialista Mara Régia. Ela lamentou o fato de que poucas pessoas se indignem com a falta de critério dos veículos e

defendeu a criação de um serviço do tipo 0900, que permita ao público manifestar-se a respeito dos programas que assistem.

O *Cidadania* vai ao ar nesta segunda-feira, às 13h30 e às 21h15, e será reapresentado no sábado, às 13h30 e no domingo, à 1h.

### ACM recebe o primeiro-ministro da Noruega

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebe amanhã, às 11h30, o primeiro-ministro da Noruega, Kjell Magne Bondevik. O encontro ocorrerá na Sala de Autoridades da Presidência da Casa.

### D. Paulo Evaristo Arns irá celebrar missa no Senado

O cardeal D. Paulo Evaristo Arns, ex-arcebispo de São Paulo, celebrará na próxima quinta-feira, a partir de meio-dia, no Salão Negro, a missa de confraternização de Natal e encerramento de ano do Senado.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Júnia Marise  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Flaviano Melo  
4º Secretário: Lucídio Portella  
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Projeto de Simon que institui o orçamento participativo recebeu parecer contrário

## CCJ debate proposta de orçamento participativo

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprecia na quarta-feira, entre outros itens, uma proposta de emenda constitucional que estabelece o orçamento participativo e outra permitindo a participação do capital estrangeiro no setor de saúde.

A primeira, de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), propõe a criação de mecanismos visando a participação da sociedade no processo de elaboração orçamentária, incluindo os planos plurianuais, a lei de diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais. O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), emitiu parecer contrário à proposta.

Outro item da pauta é a proposta do senador Júlio Campos (PFL-MT) que suprime a proibição constitucional que têm as empresas e capitais estrangeiros de participarem do setor de saúde no Brasil. O relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), em parecer favorável, alega que “a realidade nacional não suporta reservas de mercado que impeçam, em caráter permanente, a concorrência estrangeira”. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) apresentou voto em separado pela rejeição da proposta. Cabral entende que a entrada do capital estrangeiro no setor representa ameaça ao Sistema Único de Saúde, em virtude de um possível esvaziamento financeiro e de recursos humanos.

Outras PECs estão na pauta da CCJ, presidida pelo senador Bernardo Cabral, entre elas, a que acaba com a unicidade sindical. A proposta do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) tem parecer contrário do senador Roberto Requião (PMDB-PR).

# Plenário vota amanhã compensação para perda de receitas estaduais

Os estados poderão compensar a perda de receitas imposta pela criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), caso seja aprovado projeto de resolução, de iniciativa do senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que o plenário vota amanhã. Substitutivo do senador Osmar Dias (PSDB-PR), aprovado na última quinta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos, altera a Resolução 78 do Senado que fixou regras mais rígidas para operações de crédito de estados e municípios.

Suassuna argumenta que a implantação do fundo causou uma transferência líquida de receita dos estados para os municípios, levando a União a criar, por meio de medida provisória, um tipo especial de operação de crédito destinada a compensar os estados: – Com a edição da Resolução 78 e o recente processo de renegociação das



Suassuna argumenta que a implantação do fundo causou transferência de receita

dívidas globais das unidades federativas, os estados ficaram impossibilitados de contratar novas operações de crédito e, por conseguinte, de compensar as perdas de receitas. Como forma



Osmar Dias é autor do substitutivo ao projeto de resolução original de Suassuna

de viabilizar a aplicação da medida provisória, proponho a dispensa de dispositivos da resolução, exclusivamente para o tipo de operação prevista na MP – justifica o senador.

A pauta de votações do plenário desta semana inclui, também amanhã, a discussão e votação de projetos que alteram o Código Penal e o Penal Militar. O primeiro, com parecer favorável do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), agrava a punição a crimes relacionados com o trabalho, como o de aliciamento de empregados e o de frustração de direito assegurado por lei trabalhista.

O segundo projeto, relatado favoravelmente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), supre omissão do Código Penal Militar, que não pune o desertor cuja apresentação ou captura ocorra com mais de dez dias da consumação do delito.

### DIREITOS HUMANOS

A Hora do Expediente da sessão de quinta-feira será dedicada à comemoração dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) aprovado em plenário.

## Projeto dos manicômios pode ter votação urgente



O substitutivo de Lucídio Portella (E) recebeu diversas emendas em plenário. Elas serão analisadas pelo relator, Sebastião Rocha (D), que já se manifestou contra a urgência na tramitação



Os senadores votam na sessão plenária de quarta-feira requerimento de urgência para o projeto de lei que extingue progressivamente os manicômios. O projeto recebeu na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) substitutivo apresentado pelo relator, senador Lucídio Portella (PPB-PI). No entanto, foram apresentadas emendas de plenário que serão relatadas pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP).

Para Rocha, o trabalho de Portella representa um avanço, “mas não toca no ponto central que é se os manicômios devem continuar como um dos

modelos de tratamento”. Sebastião Rocha é contra a urgência para o projeto e disse que pretende convocar audiências públicas com as partes interessadas na questão, principalmente para ouvir a opinião do Ministério da Saúde. Ele argumenta que não existe consenso sobre o assunto “nem no âmbito do governo”.

– Eu não tenho posição radical sobre o assunto. O objetivo é chegar a um ponto de convergência sobre a matéria, mas espero que a ênfase não seja o interesse econômico dos donos de hospital – afirmou.

## Lobão pede agilidade para discutir a matéria

O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu à Mesa do Senado agilidade na votação do projeto de lei do deputado Paulo Delgado, com emendas do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que trata da extinção progressiva dos manicômios e sua substituição por outros recursos assistenciais.

Para ele, a proposição atenderá plenamente ao objetivo humano da assistência a que têm direito os deficientes mentais.

Lobão lamentou a lentidão com que o projeto vem tramitando, “não obstante sua importância e o amplo apoio da sociedade médica”. Ele afirmou que os hospícios brasileiros, em tempos não tão remotos, transformaram-se em depósitos de loucos e que os portadores de doença mental, ao ingressarem num hospício, estavam condenados a uma segregação perpétua, que reduzia sobremodo o seu

tempo de vida.

– Além das prisões, eram submetidos a eletrochoques e a lobotomias, geralmente desaconselháveis na grande maioria das vítimas. Nos dramáticos tempos, os pacientes juntavam-se para comer em cochos abertos no chão de cimento, próximos a esgotos a céu aberto atravessando o hospício, nos quais os doentes amainavam sua sede. Isso ocorria em praticamente todos os manicômios brasileiros, senão na maior parte do mundo, até tempos recentíssimos – afirmou o senador.

Manifestações da sociedade e de cientistas de vários países puseram fim a tanto sofrimento, insurgindo-se contra os métodos errados utilizados na assistência aos deficientes mentais, lembrou o senador:

– É importante que ofereçamos à sociedade brasileira, e em especial à comunidade científica nacional, o instrumento legal que se reclama como de grande im-



Lobão acredita que já é hora de o Brasil estabelecer normas legais que controlem as técnicas de tratamento dos doentes mentais

portância, em nosso país, para curar ou amenizar os males que atormentam tantos dos nossos patrícos e seus familiares. Creio que já é hora de estabelecermos, no Brasil, as normas legais que presidam os mé-

todos e técnicas que, já aplicados em muitas de nossas casas hospitalares e em outras nações, estão obtendo resultados alvissareiros nesse setor da medicina – concluiu o senador Edison Lobão.

# Cortes atingem projetos ambientais, diz Ademir

Fiscalização da flora e da fauna, a cargo do Ibama, ficou com a metade dos recursos originalmente previstos, denuncia o senador. Decisão, segundo ele, afeta o futuro da Amazônia e do país

O envio, pelo governo, ao Congresso Nacional de uma segunda versão do Orçamento da União para 1999 com cortes de R\$ 8,7 bilhões foi criticado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) na sessão plenária de sexta-feira. Ademir Andrade protestou, principalmente, contra os cortes orçamentários nos programas do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, que totalizaram 26,08%.

Os recursos desse ministério, que na primeira versão do Orçamento eram de R\$ 1,7 bilhão, passaram para R\$ 1,2 bilhão na segunda versão. O senador citou cortes específicos nos programas de desenvolvimento ao ecoturismo, de 14,55%; apoio às ações ambientais na Amazônia, de 20,15%; integração econômico-ambiental e Agenda 21, de 52,54%; política de recursos naturais, de 70,6%; e proteção às florestas tropicais, também de 70,6%.

O senador se solidarizou com um grupo de 20 representantes de entidades ambientalistas não-governamentais, que trancaram com cadeado a portaria do Ministério do Meio Ambiente, na quinta-feira, em protesto contra os cortes orçamentários no setor.

O Ibama, que tinha previsão de recursos de R\$ 360 milhões, observou o senador, tem agora, com a nova versão do Orçamento, R\$ 337 milhões. Embora esse corte não seja dos maiores na reprogramação orçamentária, os programas desenvolvidos pela entidade foram bastante



Ademir se solidariza com o protesto de grupos ambientalistas

prejudicados, segundo Ademir.

A fiscalização da flora e da fauna, um dos programas afetados, sofreu corte de 50% no Orçamento, enquanto o combate às queimadas, um dos mais importantes programas para a região, segundo o senador, teve corte de 57%. Para Ademir, esses cortes comprometem o futuro da Amazônia e do país, e foram feitos para "atender aos interesses dos agiotas e banqueiros".

Na opinião de Ademir, o Congresso não deveria aceitar essa segunda versão do Orçamento. No entanto, acrescentou, o Congresso "aceitou de maneira submissa e calada a modificação da primeira versão orçamentária".

Em aparte, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO), relator setorial para recursos hídricos na Comissão Mista de Orçamento, concordou com Ademir Andrade

quanto aos problemas gerados pelo corte de verbas, mas justificou que o Congresso é que sugeriu ao Executivo enviar uma segunda versão do Orçamento, depois que o governo pediu mais cortes devido ao agravamento da crise internacional e ao ajuste fiscal.

— Não queríamos arcar com esses cortes. A posição do Congresso foi correta ao devolver a primeira versão do Orçamento — explicou Patrocínio.

Ademir Andrade respondeu que mantinha sua posição e ainda criticou a decisão do Executivo de mexer nos recursos para pagamento do serviço da dívida, o que é proibido pela Constituição, frisou. Entre a primeira e a segunda versão do Orçamento para 1999 houve aumento de R\$ 3 bilhões nos recursos destinados ao pagamento do serviço da dívida, informou.

— É dever do Congresso trabalhar com calma essa questão do Orçamento. O Congresso não deve se intimidar diante da pressão e das ameaças do Executivo — ponderou.

No final de seu pronunciamento, Ademir fez um apelo ao relator-geral da proposta orçamentária para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), e aos relatores setoriais, para que questionem o aumento no volume de recursos para pagamento do serviço da dívida e respeitem os direitos das bancadas e comissões, negociando com o governo suas propostas.

## Tebet reage a tentativa de "atropelar o Legislativo"

Ao ser informado de que o governo pretende fazer mais cortes nas emendas ao Orçamento e no repasse de verbas para estados e municípios, o relator-geral da proposta orçamentária para 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), afirmou, em entrevista à imprensa, que o Poder Executivo não pode atropelar o Legislativo com retaliações por ter sido derrotado na votação da medida provisória que aumentava a contribuição previdenciária dos servidores.

O relator afirmou que, se o governo não indicar possíveis fontes de recursos para o atendimento das emendas feitas pelos parlamentares ao Orçamento da União, ele não dará prosseguimento à votação da matéria. Ramez Tebet avisou que não tem mais compromisso com o calendário que prevê a votação do Orçamento até o próximo dia 15, quando se encerra a sessão legislativa.

No próximo dia 10, o relator deveria entregar o relatório final sobre o Orçamento. As emendas apresentadas pelas comissões e pelas bancadas, somadas às individuais, totalizam R\$14 bilhões, mas até agora Ramez Tebet só conseguiu identificar R\$ 270 milhões que podem ser remanejados



Ramez Tebet avisou que não tem mais compromisso com o calendário

para atender a essa demanda. No ano passado, essas emendas somavam R\$ 20 bilhões, e a Comissão de Orçamento conseguiu liberar R\$ 4,2 bilhões para o seu atendimento.

O senador Ramez Tebet informou já ter realizado quatro reuniões com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, em busca de uma solução para o atendimento das emendas, mas o governo sempre alega que não há dinheiro. "Se não há dinheiro, não há Orçamento. Nós vamos analisar tudo com critério. Não vou ter pressa. Não vou transformar o meu trabalho num mero carimbo, numa chancela", afirmou o relator.

## Maldaner afirma que governo deve manter diálogo com o Congresso

As reações do governo à decisão do Congresso Nacional de rejeitar o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) que instituiu a contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas e elevava a parcela paga por servidores da ativa foram criticadas na sessão de sexta-feira pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Para ele, a linha adotada pelo Executivo foi a da retaliação.

— Essa atitude — afirmou — só leva ao desentendimento. O diálogo deve prevalecer ante qualquer coisa. O entendimento é a grande saída.

Maldaner citou, com base no *Jornal do Senado*, discurso de quinta-feira do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), para quem deve preponderar a "cordialidade democrática de receber as manifestações alheias como justas".

Josaphat, em aparte ao senador de Santa Catarina, disse que o diálogo não pode ser a imposição da vontade de um

contra o outro.

— Só há diálogo quando há concessão. O que não se pode é ameaçar o representante que vota contra. Temos que resgatar a parcela de independência que cada um tem — ressaltou.

A mesma interpretação tem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Em aparte, ele afirmou que a repercussão à decisão do Congresso é um sinal da fragilidade das instituições políticas do Brasil.

— Quem lê os noticiários — disse — é levado a acreditar que uma verdadeira hecatombe aconteceu. A visão, reforçada pela mídia, é de que o Executivo tem o monopólio do zelo pela coisa pública.

Alcântara observou que quase todas as medidas do ajuste fiscal já foram aprovadas pelo Congresso, mas a contribuição dos aposentados foi rejeitada pela quarta vez na Câmara. O senador lembrou, ainda, que a equipe econômica do governo se insurgiu contra

a instituição da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) quando proposta pelo ex-ministro da Saúde, Adib Jatene, mas agora a deseja.

— Eles estavam certos antes ou agora? — questionou Alcântara, para concluir que não existe verdade absoluta nesse contexto.

O senador do Ceará recorreu ainda ao exemplo dos EUA, onde rejeições de propostas do presidente Bill Clinton pelo Legislativo não têm a repercussão que alcançam no Brasil.

Maldaner frisou que mesmo com a rejeição de propostas do Executivo pelo Congresso norte-americano continuam o desenvolvimento, o baixo desemprego e a vida normal.

Para Maldaner, providências alternativas, que devem ser encontradas através do diálogo, poderiam ser colocadas em prática, como, por exemplo, a regulamentação do teto salarial para os servidores ativos e inativos dos três Poderes.

— O teto já é um remédio que está em sintonia com o que a nação quer. Com a conversa, poderemos buscar outras saídas — afirmou Maldaner.

## "Não se cassa, mas se corta verba", constata Cafeteira

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) criticou na sexta-feira as ameaças feitas pelo governo de cortar as emendas apresentadas pelos parlamentares que votaram pela rejeição da contribuição previdenciária dos servidores federais. "Na época da ditadura, o governo cassava os congressistas contrários; agora, corta verbas colocadas por deputados e senadores no Orçamento", comparou.

— Sou de um tempo em que se falava e se dizia que não se tinha medo nem da cassação, nem do exílio e nem da prisão. O Congresso era uma Casa onde se podia dizer, mas não se podia fazer, como continua sendo hoje. Não se cassa, mas se cortam as verbas colocadas pelo parlamentar no Orçamento porque ele votou contra uma medida provisória apresentada pelo governo — protestou.

Na avaliação feita pelo senador, o Congresso quis dizer que existia ao rejeitar a medida provisória. Ele acrescentou que, acostumado a ganhar vo-

tações onde eram necessários três quintos dos votos dos parlamentares, o governo nem chegou a pedir votos para a medida, que necessitava de maioria simples.

Cafeteira criticou os comentários feitos por pessoas ligadas ao governo de que a oposição estaria vibrando e aplaudindo aquela derrota, que seria uma catástrofe para o país. No entendimento do senador pelo Maranhão, todos os governos quando sobem a rampa do Planalto se consideram ilu-

minados e deixam de achar que precisam ouvir outras pessoas ao tomar decisões.

— Por que ouvir um colegiado de 513 deputados e 81 senadores? Ficamos aqui no Congresso fazendo o papel de corista. As prima-donas estão nos ministérios. O presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu transformar o seu palácio em uma casa que não está acostumada a ouvir a voz dos representantes do povo — completou.



Para Maldaner, atitude do Executivo só leva ao desentendimento



Epitácio Cafeteira



# CAE discute IPI de cigarros e apoio à infância

Pauta da Comissão de Assuntos Econômicos inclui, ainda, saneamento do Banco do Estado de Sergipe e emenda de plenário a projeto relativo a operação de crédito solicitada pela prefeitura de Teresina

## Malan explica acordo com FMI amanhã

O ministro da Fazenda, Pedro Malan, comparece amanhã à reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para fazer exposição sobre o acordo firmado entre o Brasil e o Fundo Monetário Internacional. A reunião, especialmente convocada para ouvir as explicações do ministro, começa às 17h.



A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar a ampliação do benefício da merenda escolar

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP), deve apreciar na reunião de amanhã projeto de lei de autoria do senador Roberto Requião (PMDB-PR) que altera a legislação do IPI em relação aos cigarros destinados para exportação. Também está incluído na pauta projeto de lei da Câmara que institui um Programa Nacional de Apoio à Infância e dispõe sobre a ampliação dos benefícios da merenda escolar.

A CAE deve examinar ainda, entre outras matérias, pedido de autorização para que seja realizada operação de saneamento e capitalização do Banco do Estado de Sergipe, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O empréstimo, no valor de R\$ 31,5 milhões, obteve parecer favorável do relator Jefferson Péres (PSDB-AM), nos termos do projeto de resolução que apresenta.

Outra matéria em pauta é a emenda de plenário a projeto de resolução que autoriza a prefeitura de Teresina (PI) a contratar operação de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$18,4 milhões.

## Comissão de Educação examina dez propostas

Com uma pauta de dez itens, entre projetos de lei, decretos legislativos e emendas, a Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se na quarta-feira, a partir das 10h. Dentre os projetos de lei, destacam-se o que torna obrigatório o ensino de Espanhol em escolas de 1º e 2º graus; o que regulamenta a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e o que estabelece mecanismo para veiculação de mensagens educativas de trânsito. Também serão apreciados seis projetos de lei que renovam concessão de estações de rádio AM e FM.

## CAS debate situação de museu em audiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se em audiência pública hoje, a partir das 17h, para discutir os problemas que afetam o Museu Emilio Goeldi, do Pará, que está correndo o risco de ter suas atividades paralisadas.

Para debater os problemas enfrentados pela instituição, foram convidados o presidente do CNPq, José Galizia Tundisi, o diretor em exercício do Museu Emilio Goeldi, Peter Nann de Toledo, e a pesquisadora do museu, Regina Oliveira.

## Mercosul analisa crise financeira internacional

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), na qualidade de presidente *pro tempore* das Comissões Parlamentares Conjuntas do Mercosul, irá reunir-se, amanhã, no Rio de Janeiro, com os senadores Euclides Acevedo, do Paraguai; Américo Ricaldone, do Uruguai; e Eduardo Bauzá, da Argentina, para discutir o Mercosul frente à crise financeira internacional, entre outros assuntos.

A XII Reunião Quadripartite da CPCM abrigará, entre seus temas, as relações externas da comissão (com relatórios dos encontros em Washington e Bruxelas); os Direitos Humanos no Mercosul; Política de Gênero e Mulher; Carta Social do Mercosul; Vigilância Epidemiológica; Relações Culturais e Sociedades Comerciais, entre outras.

A reunião, que contará com a presença de parlamentares das seções brasileira, argentina, paraguaia e uruguaia,

Lúdio Coelho vai presidir a reunião das Comissões Parlamentares Conjuntas do Mercosul



além de técnicos, assessores e representantes do Ministério das Relações Exteriores, abrigará as subcomissões Política, Institucional e Social para discutir os temas.

No segundo e último dia do encontro, as comissões irão receber representantes do Foro Consultivo do Mercosul e do Parlamento Cultural do Mer-

cosul (Parcum). O encontro será realizado na sede da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro.

Na quarta-feira, os presidentes das seções nacionais da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul irão encontrar-se com os presidentes dos quatro países integrantes do bloco econômico.

## Campos sugere normas econômicas para o bloco

Ao defender normas econômicas estáveis para o Mercosul, o senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que só será possível transformar esse bloco num instrumento favorável às populações que o integram se for assegurada a liberdade de iniciativa dos empreendedores e igual condição de disputa pelo mercado.

O senador avisou que a defesa das economias abertas não significa condescendência com a deslealdade na competição. "Assim, por força de uma ação coordenada dos países integrantes do Mercosul, devem-se estabelecer

regulamentações comuns", aconselhou o parlamentar, preconizando sanções para os eventos de concorrência desleal.

Júlio Campos defendeu normas econômicas harmônicas com os países que compõem esse mercado, pedindo, contudo, que se levem em conta as dificuldades de concorrência da empresa nacional, "onde é imperativo dar condições de trabalho e de investimento ao empresário, a partir da redução da carga fiscal e de todos os componentes do custo Brasil".

Ele informou que o governo brasileiro está empenhado em estabelecer



Para Campos, economia aberta não significa condescendência com concorrência desleal

um regime de defesa da concorrência comercial no Mercosul, mediante a indispensável harmonização das leis dos países desse bloco. O senador admitiu que, na área do Direito Econômico, a existência de diferenças provoca inevitável choque de interesses.

## CRE aprecia acordos externos e diplomatas

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, presidida interinamente pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), apreciará, amanhã, às 17h30, projeto que aprova o Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio sobre Facilitação de Atividades Empresariais, celebrado entre os governos do Brasil e do Uruguai, em Montevidéu, em maio de 1997. O relator, senador José Agripino (PFL-RN), oferece parecer favorável à proposta.

Também serão apreciados pela CRE os nomes dos diplomatas Geraldo Afonso Muzzi, para exercer o cargo de embaixador na Malásia; e José Olympio Rache de Almeida, que exercerá, cumulativamente, o cargo de embaixador na Finlândia e na Estônia.

Constam ainda da pauta da comissão projetos aprovando textos de acordos internacionais, entre eles, o do Acordo de Cooperação na Área de Turismo, celebrado entre o Brasil e a Guiné-Bissau, e um outro, sobre serviços aéreos, assinado pelos governos brasileiro e da Hungria, em 1997, em Brasília.

Projeto aprovando o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira, celebrado entre o Brasil e a Alemanha, em Brasília, em 1997, e um que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro também serão discutidos e podem ser votados pela CRE.

# João Rocha destaca avanço na área da educação

Parlamentar elogia governo por priorizar ensino técnico, que, segundo ele, sempre foi desprezado em razão de “uma mentalidade retrógrada”, responsável pela formação de bacharéis demais com qualificação profissional de menos

Os avanços obtidos no primeiro mandato do governo Fernando Henrique no campo da educação foram analisados pelo senador João Rocha (PFL-TO), que destacou a importância do ensino técnico como instrumento de superação do atraso hoje verificado na área educacional quando se compara a situação brasileira com a de outros países. “Ao longo de décadas, por conta de uma mentalidade bacharelesca, primária e retrógrada, própria de países de Terceiro Mundo, esse tipo de educação nunca recebeu a atenção merecida e necessária”, afirmou.

Segundo ele, é grande a escassez de estabelecimentos de ensino técnico, e por isso milhares de jovens, embora não vocacionados para isso, são levados a fazer um curso universitário. “Assim, a cada ano, milhares se tornam bacharéis apenas para se verem inseridos em um mercado de traba-

lho saturado, que não tem condições de absorvê-los na área cursada”, analisou o senador. Para ele, a mentalidade que valoriza de modo exacerbado o curso superior, em detrimento da formação técnica, corresponde a um atraso estrutural que formou um contingente de profissionais de nível superior mediocridizados por falta de vocação e deixou uma grande carência de técnicos em quase todas as áreas profissionais.

– Felizmente, as mudanças já começaram a surgir. Fortes evidências estão vindo à tona no sentido de que os setores envolvidos com os rumos da educação no país passam a reconhecer o papel e a importância da educação profissional.

A mais forte dessas evidências, segundo o senador, é a inserção, na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de um capítulo próprio relati-



“Felizmente, as mudanças já começam a surgir”, festejou o senador João Rocha

vo à educação profissional.

João Rocha também destacou a forma moderna e ampla com que a educação profissional se integra e se arti-

cula com as diferentes formas de educação, com o trabalho, com a ciência e a tecnologia. Ele lembrou que a nova realidade da economia e do trabalho em âmbito mundial exige cada vez mais, do cidadão que pretende disputar um posto de trabalho, uma sólida qualificação profissional e um esforço permanente de atualização, por meio de programas continuados de qualificação e de educação.

O senador defendeu a priorização da educação básica e disse que o governo FHC não tem medido esforços para a universalização e a melhoria da qualidade nesses níveis de ensino. “A valorização da educação básica, no entanto, não significa redução da importância da educação profissional. Ao contrário, uma educação profissional de qualidade, respaldada em educação básica de qualidade, constitui a chave do êxito de sociedades desenvolvidas.

Nesse sentido, a reforma da educação profissional promovida após a edição da nova LDB deu um notável passo à frente, ao separar a formação profissional e o ensino acadêmico em nível médio, fazendo com que o ensino técnico complemente o ensino médio, ao invés de substituí-lo”, afirmou.

Para João Rocha, essa medida é uma das mais felizes, acertadas e oportunas da reforma da educação profissional, porque flexibilizou e democratizou o seu acesso, além de corrigir uma grave distorção. “Hoje, metade dos alunos de escolas técnicas federais, geralmente os de maior poder aquisitivo, aproveitam o bom nível dos cursos para prestar vestibular, quando o objetivo do ensino técnico é tornar a pessoa capaz de ingressar no mercado de trabalho. Agora, quem estiver interessado em curso superior não precisará seguir a parte técnica do curso”, observou.



Cerrado responde por 20% da área cultivada no país, lembrou Odacir

## Odacir ressalta potencial produtivo do cerrado

O potencial produtivo da região dos cerrados e o impacto da ação do homem sobre seu ecossistema fundamentaram a advertência que o senador Odacir Soares (PTB-RO) realizou baseado em publicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), intitulada *Atlas do Meio Ambiente do Brasil*. O senador explicou que o cerrado possui uma área geográfica de 210 milhões de hectares, com 60,5% aráveis, que sofrem danos no seu ecossistema advindos de grandes projetos agropecuários, da monocultura extensiva, da utilização de grandes quantidades de agrotóxicos e do uso de mecanização agrícola intensiva, de acordo com listagem sintetizada pela Embrapa.

Citando o Prêmio Nobel da Paz de 1970, Norman Borlaug, que disse que o cerrado é a última, grande e contínua fronteira agrícola do nosso planeta, Odacir enfatizou que as atividades agropecuárias da região correspondem de 17% a 20% da área total cultivada no Brasil. O cerrado responde hoje por 25% da produção de grãos e 43% do rebanho bovino brasileiro. Um outro dado importante fornecido pela Embrapa, que o senador ressaltou, é que a sojicultura está se transferindo

das áreas tradicionais de clima temperado para as regiões mais quentes dos cerrados.

– Esses resultados favoráveis ao crescimento do cultivo da soja na área dos cerrados, ao lado de sua maior produtividade, devem-se à contribuição da Embrapa, com a colocação de cultivares de soja tropical, que tem um maior teor de óleo em seus grãos – elogiou o senador.

### ONGs

O senador Odacir Soares denunciou que o objetivo das organizações não-governamentais (ONGs) não é proteger o meio ambiente, mas atender “aos interesses dos nossos concorrentes, dificultando o nosso desenvolvimento”. Ele disse que no artigo “Campanha contra os Cerrados”, publicado no jornal *Gazeta Mercantil*, de 29 de junho, o engenheiro agrônomo Ady Raul da Silva, membro titular da Academia Brasileira de Ciências, afirma que “o desenvolvimento alcançado em áreas de cerrado, como Rio Verde, em Goiás, vem sendo hostilizado e dificultado por ambientalistas, na maior parte membros de ONGs, criadas e sustentadas principalmente por fundos de instituições e até de governos de países de Primeiro Mundo”.

## Ernandes Amorim vê equívocos na aplicação da lei ambiental em RO

“A repressão ambiental que quase não acontece no resto do Brasil, porque a lei é simbólica, em Rondônia é uma realidade”, queixa-se o senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Para ele, o rigor na aplicação de uma legislação ambiental inadequada à realidade da atividade produtiva da região é responsável pelo impacto negativo nas atividades econômicas do estado, que se vêm registrando desde meados dessa década.

Segundo Amorim, o projeto que define a Política Nacional de Educação Ambiental, em tramitação no Senado, pode corrigir os excessos dessa legislação ambiental, dando novo impulso aos projetos de extração florestal, que em Rondônia geram empregos e rendem tributos e renda, permitindo a formação de capitais para outros investimentos produtivos. “Apresentei emendas exigindo que o percentual das multas ambientais destinado à educação ambiental seja aplicado no estado em que ocorreu a infração”, explica.

O senador por Rondônia afirma que



Amorim defende o uso do dinheiro das multas no próprio estado onde ocorreu a infração

também apresentou emendas para incluir, nas atividades de educação ambiental, a recuperação das áreas degradadas no meio urbano e periferia, na regeneração da vegetação em áreas de preservação permanente e na recomposição das reservas florestais legais. Nesse caso, valendo como reposição obrigatória aos que exploram re-

ursos naturais, quando financiadas por convênios internacionais.

Segundo Amorim, esse último aspecto é importante porque milhares de agricultores não conseguem financiamentos em programas oficiais em razão de que suas propriedades não apresentam cobertura de 50% na área de reserva florestal, a chamada reserva legal. “Por outro lado, as serrarias precisam plantar até seis mudas para cada árvore extraída, a chamada reposição florestal obrigatória.”

A solução, segundo ele, é somar as duas necessidades, permitindo que recursos da indústria madeireira destinados à reposição florestal possam ser utilizados para a recomposição de reservas florestais legais em áreas de pequena propriedade. “Não há lei que proíba nem que autorize esse recurso, mas a inércia da burocracia não tem liberado autorizações. Por isso apresentei emenda nesse sentido, dentro do projeto de educação ambiental”, disse Amorim.

## Baixa escolaridade impede progresso, diz Nabor na TV

Em entrevista à TV Senado, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) afirmou que o problema da baixa escolaridade dos brasileiros é um fator negativo no processo de crescimento da economia do país. Para o senador, um bom exemplo de iniciativa para combater o problema é o programa de bolsa-escola, implementado com sucesso em Brasília, Campinas e Niterói.

Nabor Júnior lembrou que, no Nordeste, 63% das crianças com até 14 anos de idade vivem em famílias com renda de meio salário mínimo. Nes-

sas condições, a exploração da mão-de-obra infantil é essencial à sobrevivência, ponderou o senador, destacando que o pagamento da bolsa-escola poderia reverter esse quadro. Por isso, Nabor Júnior defendeu a extensão do programa a todos os municípios do país.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30 e 20h30, o senador também elogiou o programa nacional do livro e a merenda escolar, defendendo, ainda, a criação de um outro programa que garantisse o fornecimento de



Em entrevista à TV Senado, Nabor Júnior propôs criação de programa para fornecer uniformes

uniforme escolar para os alunos.

A entrevista será retransmitida no sábado, às 4h30.

## História do Senado está disponível na Internet

A história do Senado Federal e de seus personagens já está disponível na Internet. A página do Museu Eletrônico do Senado, desenvolvida pela Secretaria de Comunicação Social (SECS), integra o *site* do Senado na rede mundial de computadores.

Na página do museu podem ser encontradas a reprodução dos anais da Constituinte de 1988, discursos de senadores que ocuparam a tribuna nos últimos 40 anos e informações sobre a história do Senado.

O projeto do Museu Eletrônico do Senado nasceu em maio deste ano,

com o lançamento, em CD, do primeiro álbum da coletânea *Grandes Momentos do Parlamento Brasileiro*. Produzido pela SECS, foi distribuído a bibliotecas, assembleias legislativas, câmaras de vereadores, tribunais, universidades e pesquisadores. O segundo álbum da coletânea será lançado em breve pela presidência do Senado.

A Subsecretaria de Anais produziu também, em CD-ROM, a coleção *Anais do Senado Federal*, um minucioso trabalho de recuperação da memória da Casa desde 1823.

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tai-chi-chuan  
7h30 - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varela entrevista Sérgio Simon. Assunto: Câncer - 1ª parte  
7h55 - *Senado em Pauta*  
8h - *Saúde Todo Dia* - Ginástica olímpica  
8h30 - *Jornal do Senado*  
8h55 - *Senado em Pauta*  
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque o Paraná  
9h30 - *Entrevista* - O senador Nabor Júnior comenta o problema da baixa escolaridade do brasileiro, destaca iniciativas do governo federal na área de educação e reforça a ideia de que a educação oferece a única possibilidade de projeção social para o indivíduo  
9h55 - *Senado em Pauta*  
10h - *Especial* - Visões do Mundo Contemporâneo - último capítulo  
12h - *Cores do Brasil* - Amazonas  
12h30 - *Entrevista* com o senador Nabor Júnior sobre a importância da educação  
12h55 - *Senado em Pauta*  
13h - *Cores do Brasil* - A Reserva Biológica de Guaribas  
13h30 - *Cidadania* - O senador Artur da Távola e a jornalista Mara Régia falam sobre *ética e comunicação*

### rádio

14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)  
18h30 - *Cores do Brasil* - O Cerrado  
18h55 - *Senado em Pauta*  
19h - *Palestra* - Verminose, com Sônia Hirsch  
20h - *Cores do Brasil* - O Folclore Goiano  
20h30 - *Entrevista* com o senador Nabor Júnior sobre educação  
21h - *Jornal do Senado*  
21h15 - *Cidadania* - O senador Artur da Távola e a jornalista Mara Régia falam sobre *ética e comunicação*  
21h55 - *Senado em Pauta*  
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - Agenda Senado  
Em seguida - Música e informação  
14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - "A Voz do Brasil"  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação



## COMO SINTONIZAR

### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

# Seminário do PSDB avalia efeitos da globalização

Instituto Teotônio Vilela promove debate com palestrantes brasileiros e estrangeiros, aberto a todos os interessados

Para debater as conseqüências da globalização no cotidiano das pessoas, das instituições e dos países, o Instituto Teotônio Vilela, do PSDB, realizará um seminário, no Auditório Minas Gerais, do Hotel Kubitschek Plaza, em Brasília, de amanhã até sexta-feira.

O seminário, intitulado "Globalização, Política e Economia: uma visão comparada", está aberto a todos os interessados, inclusive universitários e estudantes de pós-graduação nas áreas de História, Sociologia, Ciências Políticas e Economia. Serão convidados consultores e assessores legislativos do Congresso Nacional e o pes-

soal de assessoramento direto dos ministérios e demais órgãos públicos.

Para debater a globalização, o instituto está trazendo a Brasília palestrantes como Fred Halliday, especialista em relações internacionais da London School of Economics, que é o berço da teoria da Terceira Via, do *premier* britânico Tony Blair.

Outros palestrantes de renome são os cientistas políticos Robert Kaufman, autor de estudos sobre a interdependência entre política e economia, e Steven Solnick, especialista em Rússia, que traçará um paralelo entre os problemas brasileiros e russos. Do Brasil já confirmaram pre-

sença o professor José Augusto Guilhon Albuquerque e a deputada e ex-ministra Yeda Crusius.

Segundo o instituto, o PSDB quer chegar ao ano 2000 inserido num projeto arrojado que coloque o Brasil ao lado das grandes nações do mundo em termos de desenvolvimento humano e qualidade de vida. Um Brasil contemporâneo do futuro e cada vez mais integrado à nova realidade de interdependência entre países e povos - a globalização.

As inscrições estão abertas no Instituto Teotônio Vilela, Anexo I do Senado Federal, 20º andar, em Brasília, ou pelo telefone (061) 311-3986.



Francelino prevê melhoria das condições de vida da população

## Francelino anuncia construção de usina

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou que a construção da usina de Irapé, em Jequitinhonha (MG) - prevista para julho de 2000 -, é uma possibilidade de atrair grandes investimentos para a região e gerar valiosos empregos no seu estado. "Por isso, é com grande satisfação que faço esse registro, pelo que significa para a melhoria das condições de vida das populações tão castigadas pelas adversidades, moradoras do Vale do Jequitinhonha e do norte de Minas", disse o parlamentar.

Ele informou que o consórcio vencedor da concorrência realizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para a construção dessa usina é composto pela Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), com uma participação de 70%; pela Companhia de Águas e Saneamento de Minas Gerais (Copasa), com 20% de participação; e pelas empresas responsáveis pelo projeto de construção, fornecimento de equipamentos e montagem.

Conforme Francelino Pereira, essa usina está orçada em R\$ 350 milhões, devendo gerar 360 megawatts de

energia, suficientes para atender à demanda de eletricidade de três milhões de pessoas. Ele também informou que a hidrelétrica represarará as águas dos rios Jequitinhonha e Itacambirucu, formando um lago de 137 quilômetros quadrados. Esse lago será usado ainda para irrigação e fornecimento de água potável, podendo ser aproveitado para instalação de projetos de lazer e turismo, acrescentou o senador.

Ele explicou que a usina de Irapé vai regularizar o rio Jequitinhonha, melhorando os recursos hídricos da região. "Além disso, permitirá à Cemig reduzir sua necessidade de investimentos em redes de transmissão para levar energia à região, possibilitando a prestação de um serviço de melhor qualidade", observou.

Francelino informou que a primeira turbina da usina de Irapé entra em operação em 2004. Segundo o parlamentar, está prevista também a construção da usina Itapebi, localizada no Baixo Jequitinhonha, no estado da Bahia, nas proximidades da cidade de Salto da Divisa, em Minas Gerais.

## Alcântara homenageia arquiteto premiado

Ao informar que o Museu da América encerrou no dia 15 de novembro, em Madri, a 1ª Bienal Ibero-Americana de Arquitetura e Engenharia, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou o arquiteto João Filgueiras Lima, distinguido com o primeiro lugar no evento. Conforme o parlamentar, a bienal recebeu cerca de 450 projetos, dos quais 70 foram selecionados para publicação em catálogo.

"Desta vez, a arquitetura brasileira teve seu merecido reconhecimento", afirmou o senador. Ele explicou que o projeto vencedor foi o do Hospital do Aparelho Locomotor, inaugurado em março de 1994, em Salvador (BA). Citando o arquiteto Paulo Bruna, um dos jurados do evento, o senador disse que o desenho de Filgueiras Lima aliou preocupação social, originalidade de concepção, inventividade formal e integração entre prédio, mobiliário e seu entorno.

Um dos detalhes mais interessantes de sua concepção, por exemplo, é o sistema de ventilação, que dispensa ar condicionado mecânico. Na base da colina em que foi construído o hospital, a brisa marítima leva ar puro para os quartos, informou Lúcio Alcântara.



Alcântara

# Cabral rebate críticas à Zona Franca de Manaus

Senador pede a transcrição nos Anais de pronunciamento de líder empresarial e de estudo sobre reflexos da reforma tributária no Amazonas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) rebateu, na sexta-feira, críticas à Zona Franca de Manaus publicadas em jornais. Ele pediu a transcrição, nos Anais do Senado, da resposta do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), José Nasser, a entrevista do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Bernardo Cabral leu em plenário trechos da resposta de Nasser, rebatendo os conceitos sobre incentivos fiscais e a Zona Franca de Manaus manifestados na entrevista pelo empresário. Solicitou ainda que um trabalho sobre os reflexos da proposta de reforma tributária e fiscal na Zona Franca de Manaus – de autoria do diretor da Fieam, Raimar da Silva Aguiar – também fosse transcrito nos Anais da Casa.

Nasser afirmou que o parque industrial de Manaus fatura anualmente um produto bruto de US\$ 12 bilhões, enquanto importa apenas US\$ 3 bilhões. A diferença, segundo ele, é usada no pagamento de fatores de produção nacionais, sendo São Paulo o maior fornecedor.

O presidente da Fieam contestou a hipótese de “renúncia fiscal escandalosa”



Cabral destaca importância da Zona Franca de Manaus

que, para ele, é “apregoaada pela mídia manipulada”. Ressaltou que Manaus é o maior contribuinte de impostos federais da Região Norte, com 55% do total.

O dirigente reclamou que o Amazonas, mesmo representando 18% do território nacional e com uma população de 3 milhões de habitantes, não recebe investimen-

tos federais em infra-estrutura básica na mesma proporção em que esses investimentos são feitos em outras regiões. Assim, o governo federal passou a “fazer caixa positiva, com as receitas de R\$ 1,2 bilhão anualmente obtidas no estado”.

Para José Nasser, o distrito industrial de Manaus talvez seja o único modelo de desenvolvimento existente na Amazônia. De acordo com os dados que apresentou, a Zona Franca gera 50 mil empregos diretos em suas indústrias e outros 150 mil no comércio, além de 500 mil postos de trabalho indiretos. Representa 90% da atividade econômica do Amazonas.

No outro documento apresentado por Cabral, Raimar Aguiar afirmou que a reforma não reduzirá a carga tributária brasileira. Explicou que o Amazonas constitui uma das exceções da proposta de reforma, já que produz mais do que consome. Pela nova proposta, os impostos passarão a ser arrecadados no estado consumidor, ao contrário do que é feito hoje, com a cobrança realizada pelo estado produtor. Aguiar propôs que a compensação prevista para essas exceções seja feita por método eletrônico, instantaneamente.

## Lauro Campos condena acordo com FMI

Os cortes nas despesas públicas embutidos no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não serão feitos para, através dos empréstimos, gerar novos investimentos,



Lauro Campos

afirmou na sexta-feira o senador Lauro Campos (PT-DF). Os recursos são para repor as reservas e, portanto, “para ficar dormindo, à espera de um novo ataque especulativo. São recursos para a despena do vampiro”, comentou.

Na opinião de Lauro Campos, em nome do combate à inflação o governo se excedeu, transformando-a na deflação atual que, aliada a taxas de juros “elevadas ao Himalaia”, inviabiliza qualquer atividade econômica. Nesse “sistema esqualido”, acrescentou, as metas acertadas com o FMI configuram “um verdadeiro ataque ao Orçamento”, numa inversão dos objetivos desse instrumento. Em vez de fixação de prioridades e controle sobre o arbítrio no poder de taxar, o Orçamento público é cada vez mais obra dos tecnocratas do governo, observou.

## Jucá defende reformas para melhorar qualidade de vida

A aprovação das reformas propostas pelo governo foi defendida na sexta-feira pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). Ele considera esse o caminho adequado para a sociedade brasileira tornar os serviços públicos eficientes, além de instrumentá-la para garantir uma qualidade de vida à sua população compatível com um país cuja economia é considerada a décima do mundo.

O Brasil, segundo Jucá, é dos países com carga tributária mais pesada, enquanto a qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado à população “deixa muito a desejar”. A solução do problema, afirmou, depende da realização das mudanças contidas nas propostas de reforma do Estado, especialmente no que se refere ao equacionamento da dívida pública.

O senador lembrou que foi o relator da reforma administrativa e que essa experiência lhe mostrou que “são necessários ajustes em todos os segmentos da atividade pública”. Um exemplo nesse sentido, acrescentou, são estados como Alagoas e Sergipe, entre outros, que estão enfrentando graves dificuldades para pagar os salários dos seus funcionários.

Romero Jucá reconheceu que



Jucá apela para que o Congresso faça sua parte na aprovação das reformas

tanto o ministro Bresser Pereira quanto Cláudia Costin “estão fazendo o que podem,” na busca da modernização para o país. No entanto, ele salientou que o avanço das reformas, neste momento, depende muito do desempenho do Legislativo. Por isso, fez um apelo ao Congresso para que realize as reformas e busque combater com eficiência a dívida pública. “Só depois de conseguirmos superar esses desafios é que o Brasil será incluído no ranking das nações desenvolvidas”, afirmou.

## Cafeteira denuncia má aplicação dos recursos da Previdência

Ao comparar a situação das previdências pública e privada no país, o senador Eptácio Cafeteira (PPB-MA) disse na sexta-feira que, se o governo tivesse aplicado as contribuições previdenciárias dos funcionários públicos da mesma forma como foi gerenciado o dinheiro arrecadado pelos empregados da iniciativa privada, a previdência pública não estaria enfrentando as dificuldades atuais.

Cafeteira explicou que, se os fundos de previdência privada têm em caixa aproximadamente R\$ 80 bilhões e a previdência pública está quebrada, isso se deve à forma diferente como foram gerenciadas. Para o senador, além de o governo nunca ter contribuído com sua parcela para a previdência pública, gastou grande parte do dinheiro arrecadado com as contribuições dos trabalhadores.

Fazendo uma retrospectiva do sistema previdenciário brasileiro, Cafeteira constatou que os sucessivos governos nunca permitiram que os trabalhadores administrassem a previdência pública. Ao contrário, segundo o senador pelo Maranhão, a União sempre fez questão de nomear os dirigentes, dirigir e não pagar a sua parte.

– O governo jamais contribuiu para a previdência pública e, além disso, gastou como quis o dinheiro do trabalhador. Precisou fazer Brasília? Tirou da Previdência e fez. Construiu a rodovia Belém-Brasília? Construiu com os recursos da Previdência. Precisou fazer



Cafeteira diz que governo administrou mal e nunca contribuiu com sua parte

a ponte Rio-Niterói e Itaipu? Fez com dinheiro da Previdência. De repente, na hora de pagar ao trabalhador, o governo diz que não tem dinheiro e que a Previdência dá prejuízo – protestou Cafeteira.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lembrou que, quando foram criados, os institutos previdenciários eram superavitários. Segundo o senador, foi no decorrer da década de 60 que as reservas técnicas de que esses institutos dispunham para prover os gastos futuros foram “desbaratadas”. Ele citou a construção de Brasília, no governo Juscelino Kubitschek, como uma das responsáveis pelo atual estado falimentar da previdência pública.

## Patrocínio pede liberação de financiamento a universidade

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez um apelo ao Banco Central, em discurso no plenário, na sexta-feira, pela liberação de um financiamento de US\$ 10 milhões obtido pela Fundação Universidade de Tocantins (Unitins) junto ao KFW, instituição oficial de crédito do governo alemão, e que desde maio de 1997 está retido no Banco do Brasil. Os recursos destinam-se ao reequipamento e ampliação dos laboratórios daquela instituição de ensino.

De acordo com o senador, a Unitins é uma instituição de ensino modelo e vai arcar com 40%, em recursos próprios nesse projeto de modernização, não devendo ser enquadrada como ór-

gão estatal. Esse seria o equívoco das autoridades que estaria na raiz das dificuldades para que a Universidade de Tocantins consiga a liberação dos recursos obtidos junto ao governo da Alemanha, avaliou Patrocínio.

O senador por Tocantins relatou, a partir de informações recebidas do reitor da Unitins, todos os esforços e contatos mantidos pela direção da universidade com autoridades governamentais e lideranças partidárias, visando à solução do problema. Carlos Patrocínio alertou, no entanto, que o tempo está se esgotando e a universidade já corre risco concreto de perder esse financiamento.



Carlos Patrocínio alertou que a universidade pode perder financiamento externo